

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8049011-07.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: e outros Advogado (s): PACIENTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE URUÇUCA Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. CRIME DE ESTUPRO. VÍTIMA MENOR DE IDADE. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE DECISÃO GENÉRICA E DE AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA A MANUTENÇÃO DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS AUTORIZADORES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS EVIDENCIADOS. GRAVIDADE EM CONCRETO DA CONDUTA. NECESSIDADE DE RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÕES DE MÉRITO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, INVIÁVEL NA ESTREITA VIA DO WRIT. ALEGAÇÃO DE PRECARIEDADE DAS PRISÕES BRASILEIRAS. ARGUMENTO QUE, EMBORA VERDADEIRO, NÃO JUSTIFICA, POR SI SÓ, A REVOGAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. SUPOSTAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM CONHECIDA PARCIALMENTE E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA. I – Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado (OAB/BA 21.404), em favor do Paciente, apontando como Autoridade Coatora o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE URUÇUCA/BA. II – Sustenta o Impetrante, em síntese: a) inidoneidade da fundamentação do decreto preventivo, baseado na gravidade abstrata do crime imputado e deixando de apontar elementos suficientes de autoria do Paciente, ressaltando, neste particular, a fragilidade do inquérito policial e da denúncia; b) ilegalidade por ausência de oitiva do Paciente, embora o seu patrono tenha tentado inúmeras vezes que ele fosse intimado para prestar esclarecimentos acerca dos fatos; c) impossibilidade de conferir especial relevância às palavras da vítima e de sua genitora, que não poderia figurar como testemunha de acusação; d) desnecessidade da segregação cautelar, em razão da ausência dos seus requisitos autorizadores, destacando, neste ponto, as condições subjetivas favoráveis do Paciente, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa; e) as precaríssimas condições das prisões brasileiras e os cruéis atos de punição realizados pelos próprios presos, sobretudo com acusados de crimes sexuais; e f) ausência de contemporaneidade do decreto preventivo. III – Extrai-se dos autos que, em 04 de julho de 2024, foi decretada a prisão preventiva do Paciente, pela suposta prática do delito previsto no art. 213, caput, do Código Penal, cuja denúncia oferecida pelo Parquet foi recebida na mesma data. Observa-se da exordial acusatória que “segundo restou apurado, por volta das 17:00 horas, do dia 10/05/2024, quando voltava para casa, nas imediações da Rua Sérvulo Domingos de Assis, , a vítima (nascida em 17/03/2009), na data dos fatos com 15 (quinze) anos de idade, foi abordada pelo denunciado, que a forçou a adentrar em seu veículo VW Saveiro, cor prata, praticando, mediante grave ameaça, diversos atos libidinosos em seu desfavor, beijando-lhe a boca e acariciando o seu corpo de maneira forçada. Concomitantemente aos abusos acima mencionados, o denunciado percorreu algumas ruas da cidade de Uruçuca, buscando um local seguro para concluir o seu desejo de praticar conjunção carnal com a vítima. Chegando no Bairro, parou o veículo iniciando a tentativa de retirar, de maneira forçada, as roupas da vítima. Diante da recusa e da resistência oferecida pela adolescente, resolveu se despir, deixando seu órgão genital para fora de suas vestes, buscando, de maneira violenta, a cabeça da vítima em direção a seu pênis. Nesse ínterim, a vítima passou a cuspir no órgão genital do agressor e a gritar por socorro, fato que fez

com que resolvesse finalizar o abuso sexual, ante a possibilidade de chegada de outras pessoas". IV – Em que pesem as alegações da Impetrante, vê-se que a decisão que recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva do Paciente está baseada em fundamentação jurídica idônea, demonstrando o efetivo preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, ressaltando a existência do *fumus comissi delicti*, conforme se extrai da palavra da vítima e do laudo psicológico, bem como do *periculum libertatis*, este último justificado na necessidade da garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta da conduta, em razão do modo pelo qual teria sido praticado bem como em razão das sequelas psicológicas atestadas, constando dos autos que "por ocasião do atendimento psicológico da vítima, teria apresentado pensamentos suicidas em decorrência do abalo emocional". V – Assim, ao contrário do que sustenta o Impetrante, não há que se cogitar a revogação da prisão preventiva em face da alegada fundamentação genérica, eis que o decreto prisional proferido pela Autoridade apontada como Coatora evidenciou, no caso concreto, a existência do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis* aptos a justificar a medida excepcional. Precedentes do STJ. VI – Em relação às alegativas de mérito, a exemplo da fragilidade dos elementos probatórios colacionados ao inquérito policial e indicados na denúncia, bem como a alegada impossibilidade de a genitora da vítima figurar como testemunha de acusação, frise-se que estas não são passíveis de análise em sede de habeas corpus, eis que demandariam dilação probatória, o que é incompatível com a via estreita do writ. VII – No que concerne à suposta negativa de intimação do Paciente para prestar esclarecimentos, verifica-se que, no bojo da decisão que decretou a sua custódia provisória (ID 66935083), foi determinada a sua citação para apresentar resposta à acusação no prazo de dez dias, não se vislumbrando qualquer ilegalidade neste aspecto. Neste ponto, ressalte-se, outrossim que, malgrado mencionada pelo Impetrante a importância da audiência de custódia, é cediço que esta somente é realizada a partir da efetiva prisão do Acusado, o que ainda não teria ocorrido. Demais disso, conforme se extrai das informações prestadas pelo Juízo impetrado, "Foi expedida carta precatória para Ilhéus para cumprimento do mandado e citação e prisão do acusado. A Carta retorcou sem cumprimento, certificando-se a entrega do mandado de prisão à 7ª COORPIN ILHÉUS, bem como a ausência do acusado no endereço informado. Foi juntada aos autos Resposta à Acusação subscrita por Advogado. Porém, não foi juntada a procuração. Por esta razão determinei a citação do acusado por edital nesta data". VIII – Quanto às alegadas condições precárias das prisões brasileiras, embora seja inegável que estas, de fato, existem, tendo inclusive sido reconhecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos o estado de coisas inconstitucional em nossas unidades penitenciárias, tal circunstância não pode ser oponível quando presente o requisito do *periculum libertatis*, sob pena de se deixar de acautelar a ordem pública, embora, em tese, a sua garantia se faça necessária. Precedente do STJ. IX – No que tange à aduzida ausência de contemporaneidade do decreto preventivo, não é isto o que se extrai de uma análise sumária dos autos, eis que os fatos teriam ocorrido em 10/05/2024 e a decisão guerreada se encontra datada de 04/07/2024, tendo sido proferida, portanto, menos de dois meses após a suposta prática delitiva. A respeito da alegada ausência de contemporaneidade da medida extrema, entende o Superior Tribunal de Justiça que "[...] embora não seja irrelevante o lapso temporal entre a data dos fatos e o decreto preventivo, a gravidade concreta do delito obstaculiza o esgotamento do

periculum libertatis apenas pelo decurso do tempo” (STJ, AgRg no HC n. 564.852/MG, Relator Ministro , QUINTA TURMA, julgado em 12/05/2020, DJe 18/05/2020). Demais disso, “[...] a contemporaneidade “não está necessariamente ligada à data da prática do crime, mas sim à subsistência da situação de risco que justifica a medida cautelar”. (STF, RHC 208129 AgR, Relator: Ministro , Primeira Turma, julgado em 14/02/2022, DJe 17-02-2022)” – exatamente como se delineia na espécie. X – Diante das particularidades do caso concreto, notadamente as que evidenciam que a liberdade do Paciente acarretaria risco à ordem pública, sobretudo em razão do modus operandi empregado e da gravidade em concreto da conduta, tudo indica que as medidas cautelares alternativas não serão suficientes e nem adequadas, conforme acertadamente reconheceu a Autoridade Impetrada. XI – No que pertine à menção de que o Paciente reúne condições pessoais favoráveis, é cediço que estas não têm o condão de, por si sós, garantirem a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a evidenciar o periculum libertatis e a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Precedentes. XII – Parecer da douta Procuradoria de Justiça pelo conhecimento parcial e denegação da ordem. XIII – Habeas Corpus CONHECIDO PARCIALMENTE e, nesta extensão, DENEGADA A ORDEM. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 8049011-07.2024.8.05.0000, impetrado pelo advogado (OAB/BA 21.404), em favor do Paciente , apontando como Autoridade Coatora o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE URUÇUCA/BA, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Criminal Segunda Turma Julgadora do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade de votos, em CONHECER PARCIALMENTE e, nesta extensão, DENEGAR a ordem, mantendo-se inalterado o decreto da prisão preventiva em desfavor do Paciente, e assim o fazem pelas razões que integram o voto do eminente Desembargador Relator. Sala das Sessões da Primeira Câmara Criminal 2ª Turma do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 03 de setembro de 2024. PRESIDENTE DESEMBARGADOR RELATOR PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA BMS03 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 3 de Setembro de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8049011-07.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: e outros Advogado (s): PACIENTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE URUÇUCA Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado (OAB/BA 21.404), em favor do Paciente , apontando como Autoridade Coatora o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE URUÇUCA/BA. Extrai-se dos autos que, em 04 de julho de 2024, foi decretada a prisão preventiva do Paciente, pela suposta prática do delito previsto no art. 213, caput, do Código Penal, cuja denúncia oferecida pelo Parquet foi recebida na mesma data. Sustenta o Impetrante, em síntese: a) inidoneidade da fundamentação do decreto preventivo, baseado na gravidade abstrata do crime imputado e deixando de apontar elementos suficientes de autoria do Paciente, ressaltando, neste particular, a fragilidade do inquérito policial e da denúncia; b) ilegalidade por ausência de oitiva do Paciente, embora o seu patrono tenha tentado inúmeras vezes que ele fosse intimado para prestar esclarecimentos acerca dos fatos; c) impossibilidade de conferir especial relevância às palavras da vítima e de sua genitora, que não poderia figurar como testemunha de acusação; d) desnecessidade da segregação cautelar, em razão da ausência dos seus requisitos autorizadores,

destacando, neste ponto, as condições subjetivas favoráveis do Paciente, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa; e) as precaríssimas condições das prisões brasileiras e os cruéis atos de punição realizados pelos próprios presos, sobretudo com acusados de crimes sexuais; e f) ausência de contemporaneidade do decreto preventivo. Com base em tais considerações, pleiteia, no âmbito liminar e, após, em caráter definitivo, a revogação da prisão preventiva do Paciente, com o imediato recolhimento do mandado de prisão, aplicando-se medidas cautelares alternativas ao cárcere. Para subsidiar os seus pleitos, acosta a documentação de ID 66935080. Os autos foram distribuídos a esta Relatoria mediante livre sorteio (ID 66942877). A liminar foi indeferida. (ID 66960459). Seguidamente, a Autoridade Impetrada prestou informações (ID 67004887). Em parecer, a d. Procuradoria de Justiça opinou pelo conhecimento e denegação da ordem impetrada. (ID 67628610). Com este relato, e por não se tratar de hipótese que depende de revisão, nos termos do artigo 166 do RI/TJBA, encaminhem-se os autos à Secretaria para inclusão em pauta. Salvador, 19 de agosto de 2024. DESEMBARGADOR RELATOR BMS03 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8049011-07.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: e outros Advogado (s): PACIENTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE URUÇUCA Advogado (s): VOTO Conforme relatado, cuida-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado (OAB/BA 21.404), em favor do Paciente, apontando como Autoridade Coatora o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE URUÇUCA/BA. Extrai-se dos autos que, em 04 de julho de 2024, foi decretada a prisão preventiva do Paciente, pela suposta prática do delito previsto no art. 213, caput, do Código Penal, cuja denúncia oferecida pelo Parquet foi recebida na mesma data. Sustenta o Impetrante, em síntese: a) inidoneidade da fundamentação do decreto preventivo, baseado na gravidade abstrata do crime imputado e deixando de apontar elementos suficientes de autoria do Paciente, ressaltando, neste particular, a fragilidade do inquérito policial e da denúncia; b) ilegalidade por ausência de oitiva do Paciente, embora o seu patrono tenha tentado inúmeras vezes que ele fosse intimado para prestar esclarecimentos acerca dos fatos; c) impossibilidade de conferir especial relevância às palavras da vítima e de sua genitora, que não poderia figurar como testemunha de acusação; d) desnecessidade da segregação cautelar, em razão da ausência dos seus requisitos autorizadores, destacando, neste ponto, as condições subjetivas favoráveis do Paciente, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa; e) as precaríssimas condições das prisões brasileiras e os cruéis atos de punição realizados pelos próprios presos, sobretudo com acusados de crimes sexuais; e f) ausência de contemporaneidade do decreto preventivo. Feitas as devidas considerações, passa-se à análise das teses do writ. O Impetrante pleiteia a revogação da prisão preventiva do Paciente, em síntese, sob os argumentos de que a prisão preventiva foi decreta sem fundamentação idônea, inexistindo requisitos legais autorizadores para a sua manutenção. Examinando os autos, observa-se da exordial acusatória que “segundo restou apurado, por volta das 17:00 horas, do dia 10/05/2024, quando voltava para casa, nas imediações da Rua Sérvulo Domingos de Assis, , a vítima (nascida em 17/03/2009), na data dos fatos com 15 (quinze) anos de idade, foi abordada pelo denunciado, que a forçou a adentrar em seu veículo VW Saveiro, cor prata, praticando, mediante grave ameaça, diversos atos libidinosos em seu desfavor, beijando-lhe a boca e

acariciando o seu corpo de maneira forçada. Concomitantemente aos abusos acima mencionados, o denunciado percorreu algumas ruas da cidade de Urucuca, buscando um local seguro para concluir o seu desejo de praticar conjunção carnal com a vítima. Chegando no Bairro , parou o veículo iniciando a tentativa de retirar, de maneira forçada, as roupas da vítima. Diante da recusa e da resistência oferecida pela adolescente, resolveu se despir, deixando seu órgão genital para fora de suas vestes, buscando, de maneira violenta, a cabeça da vítima em direção a seu pênis. Nesse ínterim, a vítima passou a cuspir no órgão genital do agressor e a gritar por socorro, fato que fez com que resolvesse finalizar o abuso sexual, ante a possibilidade de chegada de outras pessoas”. (ID 66935084 – Pág. 1/5). Em 04/07/2024, a Autoridade apontada como Coatora recebeu a denúncia e, acolhendo a representação da Autoridade Policial e o Parecer favorável do Ministério Público, decretou a prisão preventiva do ora Paciente, fundamentando a sua decisão nos seguintes termos: “[...] RECEBO A DENÚNCIA. De acordo com os artigos 312 e 313 I do CPP, admite-se a prisão preventiva quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade cuja pena máxima cominada seja superior a 04 anos e com a finalidade de garantia da ordem pública, por conveniência da instrução penal ou para, eventualmente, assegurar a aplicação da lei penal. No caso dos autos está suficientemente demonstrado que há indícios suficientes de autoria (palavra da vítima, laudo psicológico). Consta ainda que por ocasião do atendimento psicológico da vítima, teria apresentado pensamentos suicidas em decorrência do abalo emocional. O fato é gravíssimo em razão do modo pelo qual teria sido praticado bem como em razão das sequelas psicológicas atestadas. Estas são circunstâncias que autorizam a decretação da prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública. Ante o exposto e com fundamento nos artigos 312 e 313 I do CPP, defiro o requerimento/ representação e decreto a prisão preventiva do acusado . Expeça-se o mandado de prisão no BNMP. Intimem-se. Cite-se o acusado para apresentar resposta à acusação no prazo de 10 dias.[...]”. (ID 66935083 – Pág. 1/2). (Grifos nossos). Ve-se, portanto, que a decisão que recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva do Paciente está baseada em fundamentação jurídica idônea, demonstrando o efetivo preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, ressaltando a existência do *fumus comissi delicti*, conforme se extrai da palavra da vítima e do laudo psicológico, bem como do *periculum libertatis*, este último justificado na necessidade da garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta da conduta, em razão do modo pelo qual teria sido praticado bem como em razão das sequelas psicológicas atestadas, constando dos autos que “por ocasião do atendimento psicológico da vítima, teria apresentado pensamentos suicidas em decorrência do abalo emocional”. Assim, ao contrário do que sustenta o Impetrante, não há que se cogitar a revogação da prisão preventiva em face da alegada fundamentação genérica, eis que o decreto prisional proferido pela Autoridade apontada como Coatora evidenciou, no caso concreto, a existência do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis* aptos a justificar a medida excepcional. Em casos análogos, o Superior Tribunal de Justiça entende pela necessidade da manutenção da segregação cautelar para a preservação da ordem pública: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE LESÃO CORPORAL, ESTUPRO, VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO, AMEAÇA E TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E INEXISTÊNCIA DE

FUGA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA DO WRIT. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS. MANDADO DE PRISÃO PENDENTE DE CUMPRIMENTO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...] 2. Desconsiderar as declarações da Vítima e os elementos carreados no inquérito policial, para reconhecer que os indícios de materialidade e autoria dos crimes de violação de domicílio, homicídio tentado, estupro, lesão corporal e ameaça são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do habeas corpus. O mesmo ocorre para se afastar as conclusões emanadas pelas instâncias ordinárias sobre a fuga dos Agravantes. 3. Assim, a gravidade em concreto dos delitos e a perniciosidade social das condutas, devidamente consignada pelas instâncias ordinárias, justificam a manutenção da custódia preventiva. Ademais, as instâncias ordinárias reforçaram a necessidade da prisão preventiva a fim de resguardar as investigações e futura ação penal, porque os Investigados evadiram-se do distrito da culpa, com ajuda de familiares, logo após os fatos. 4. Desse modo, a fundamentação adotada está em consonância com o "pacífico entendimento desta Corte que a fuga do distrito da culpa é fundamento válido à segregação cautelar, forte da assecuração da aplicação da lei penal" (AgRg no HC 568.658/SP, Rel. Ministro , SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2020, DJe 13/08/2020). 5. A suposta existência de condições pessoais favoráveis não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes um dos requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre, in casu. E, consideradas as peculiaridades do caso concreto, não se mostra suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 282, inciso II, do Código de Processo Penal. 6. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no RHC n. 179.024/MG, Relatora: Ministra , Sexta Turma, julgado em 12/6/2023, DJe de 15/6/2023). (Grifos nossos). AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. SÚMULA N. 691/STF. TORTURA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Consta do decreto prisional que, "em diligências empreendidas no bojo de investigação criminal que apura supostos crimes de roubo e estupro, em tese ocorridos em 21/10/2022, tomou conhecimento de que os suspeitos teriam sido submetidos a sessões de tortura, por populares, em razão daqueles fatos, e essas agressões foram inclusive registradas em vídeos, que circularam na internet". 2. A prisão preventiva impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no modus operandi do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confirmam-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime – relator Ministro – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – relator Ministro – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – relatora Ministra – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime – relatora Ministra (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – relatora Ministra – DJe 31/3/2014. 3. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. 4. Não havendo ilegalidade manifesta para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF, o writ deve

ser indeferido liminarmente. 5. Agravo regimental improvido. (STJ, AgRg no HC n. 793.968/PR, Relator: Ministro Substituto Jesuíno Rissato (Des. Convocado do TJDF), Sexta Turma, julgado em 8/5/2023, DJe de 10/5/2023). (Grifos nossos). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. GRAVIDADE CONCRETA. CRIME PRATICADO MEDIANTE O EMPREGO DE VIOLENCIA CONTRA PESSOA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO EVIDENCIADA DE PLANO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A prisão preventiva é cabível mediante decisão fundamentada em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos dos arts. 312, 313 e 315 do Código de Processo Penal. 2. A gravidade concreta da conduta, evidenciada pelo modus operandi, é circunstância apta a indicar a periculosidade do agente e constitui fundamentação idônea para o decreto preventivo. 3. As condições pessoais favoráveis do agente não impedem, por si sós, a manutenção da segregação cautelar devidamente fundamentada. 4. O trancamento de ação penal por meio da impetração de habeas corpus é medida de exceção, somente admitida se evidenciadas, sem necessidade de dilação probatória, a falta de indícios mínimos de materialidade e autoria, a absoluta falta de justa causa, a evidente atipicidade da conduta ou a ocorrência de causa de extinção da punibilidade. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no RHC n. 161.527/MG, Relator: Ministro , Quinta Turma, julgado em 2/8/2022, DJe de 8/8/2022). (Grifos nossos). Como não se ignora, quando a gravidade das condutas, o modus operandi e as circunstâncias do delito indicam a real necessidade de preservação da ordem pública, resta plenamente legitimada a decretação e a manutenção da prisão preventiva. Verifica-se que os fundamentos utilizados pela Autoridade Impetrada para determinar a prisão preventiva do Paciente foram suficientes e idôneos, apresentando elementos concretos de convicção, com demonstração da real necessidade de preservação da ordem pública, pela gravidade concreta da conduta e pelo risco apresentado pela liberdade do flagranteado, inexistindo, até o momento, qualquer alteração do quadro fático que ensejou a decretação da medida cautelar. Em relação às alegativas de mérito, a exemplo da fragilidade dos elementos probatórios colacionados ao inquérito policial e indicados na denúncia, bem como a alegada impossibilidade de a genitora da vítima figurar como testemunha de acusação, frise-se que estas não são passíveis de análise em sede de habeas corpus, eis que demandariam dilação probatória, o que é incompatível com a via estreita do writ. Nesse sentido, transcreve-se a jurisprudência da Corte de Cidadania: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO MANTIDA EM GRAU DE APELAÇÃO. NULIDADE. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. NÃO OCORRÊNCIA. AUTORIZAÇÃO DA GENITORA DO PACIENTE. PRESENÇA DE FUNDADAS RAZÕES PARA O INGRESSO POLICIAL NO IMÓVEL. ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. PROVIDÊNCIA INIVÁVEL NA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 6. Em relação ao pleito de absolvição por insuficiência probatória, verifica-se que o modo de acondicionamento dos entorpecentes apreendidos – 26 unidades de crack, com a inscrição "CV 10" – , aliados aos demais elementos de prova, coerentes e harmônicos entre si, são aptos a subsidiar a conclusão exarada pela Corte de origem,

bem como a ensejar a condenação do agravante pelo delito de tráfico de entorpecentes. Dessa forma, para desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, seria necessário o revolvimento dos fatos e das provas, o que não é possível em sede de habeas corpus, cujo escopo se restringe à apreciação de elementos pré-constituídos não sendo esta a via processual adequada para decisões que dependam de dilação probatória. 7. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no HC n. 910.556/RJ, Relator: Ministro , Quinta Turma, julgado em 12/8/2024, DJe de 15/8/2024). (Grifos nossos). [...] 2. Não se verifica irregularidade no não conhecimento da matéria pelo Tribunal de origem, porquanto é assente nesta Corte Superior a impossibilidade de se proceder ao revolvimento de fatos e de provas em habeas corpus, instrumento processual caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no HC n. 912.545/CE, Relator: Ministro , Quinta Turma, julgado em 6/8/2024, DJe de 13/8/2024). (Grifos nossos). No que concerne à suposta negativa de intimação do Paciente para prestar esclarecimentos, verifica-se que, no bojo da decisão que decretou a sua custódia provisória (ID 66935083), foi determinada a sua citação para apresentar resposta à acusação no prazo de dez dias, não se vislumbrando qualquer ilegalidade neste aspecto. Neste ponto, ressalte-se, outrossim que, malgrado mencionada pelo Impetrante a importância da audiência de custódia, é cediço que esta somente é realizada a partir da efetiva prisão do Acusado, o que ainda não teria ocorrido. Demais disso, conforme se extrai das informações prestadas pelo Juízo impetrado, “Foi expedida carta precatória para Ilhéus para cumprimento do mandado e citação e prisão do acusado. A Carta retornou sem cumprimento, certificando-se a entrega do mandado de prisão à 7ª COORPIN ILHÉUS, bem como a ausência do acusado no endereço informado. Foi juntada aos autos Resposta à Acusação subscrita por Advogado. Porém, não foi juntada a procuração. Por esta razão determinei a citação do acusado por edital nesta data” (ID 67004887). Quanto às alegadas condições precárias das prisões brasileiras, embora seja inegável que estas, de fato, existem, tendo inclusive sido reconhecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos o estado de coisas inconstitucional em nossas unidades penitenciárias, tal circunstância não pode ser oponível quando presente o requisito do periculum libertatis, sob pena de se deixar de acautelar a ordem pública, embora, em tese, a sua garantia se faça necessária. Nessa linha intelectual, menciona-se o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CUSTÓDIA DOMICILIAR. INDISPENSABILIDADE NÃO COMPROVADA. ORDEM DENEGADA. [...] 3. Conquanto documentos dos autos confirmem que o acusado é portador de doença crônica (pancreatite aguda biliar), informações recentes, prestadas pela diretoria de saúde do estabelecimento penal onde o réu está segregado, noticiam que o paciente apresenta bom estado geral, é acompanhado por equipe multidisciplinar e vem recebendo assistência médica adequada no interior do presídio. 4. Muito embora se reconheça a precariedade das cadeias públicas e a edição do enunciado vinculante n. 56, com o assinalado estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário pátrio, o surgimento da pandemia pela COVID-19 não pode ser utilizado como passe livre, para se impor a soltura geral de todos os aprisionados, sem o conhecimento da realidade subjacente de cada situação específica. 5. In casu, nada está a sugerir a instabilidade do quadro clínico do paciente, ou que não foi adotada providência necessária para



resguardá-lo do contágio, ou que o acusado esteja sem eventual medicação imprescindível, ou que lhe haja sido negado tratamento intramuros, ou que ele apresente, hodiernamente, sintomas correspondentes a comorbidades severas. 6. Dadas as circunstâncias do fato, não se justifica, ao menos por ora, a substituição do cárcere preventivo do réu pelo domiciliar. Igualmente, não se mostra adequada e bastante a troca da segregação cautelar por medidas a ela alternativas (art. 282 c/c art. 319 do CPP). 7. Ordem denegada. (STJ, HC n. 605.136/SP, Relator: Ministro , Sexta Turma, julgado em 1/12/2020, DJe de 11/12/2020). (Grifos nossos). No que tange à aduzida ausência de contemporaneidade do decreto preventivo, não é isto o que se extrai de uma análise sumária dos autos, eis que os fatos teriam ocorrido em 10/05/2024 e a decisão guerreada se encontra datada de 04/07/2024, tendo sido proferida, portanto, menos de dois meses após a suposta prática delitiva. A respeito da alegada ausência de contemporaneidade da medida extrema, entende o Superior Tribunal de Justiça que "[...] embora não seja irrelevante o lapso temporal entre a data dos fatos e o decreto preventivo, a gravidade concreta do delito obstaculiza o esgotamento do periculum libertatis apenas pelo decurso do tempo" (STJ, AgRg no HC n. 564.852/MG, Relator Ministro , QUINTA TURMA, julgado em 12/05/2020, DJe 18/05/2020). Consigna-se os seguintes precedentes a respeito do tema: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDOTA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DE CAUTELARES MAIS BRANDAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. [...] 3. Ressalte-se, outrossim, que a prisão preventiva foi decretada no momento em que foi recebida a denúncia. Ora, o interregno entre os fatos e a exordial acusatória não se mostra irrazoável. Precedentes. 4. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal são insuficientes para a consecução do efeito almejado, ou seja, tendo sido exposta de forma fundamentada e concreta a necessidade da prisão, revela-se incabível sua substituição por outras medidas cautelares mais brandas. Precedentes. 5. Agravo regimental conhecido e improvido. (STJ, AgRg no RHC n. 198.240/SP, Relator: Ministro , Quinta Turma, julgado em 1/7/2024, DJe de 3/7/2024). (Grifos nossos). AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO "FACÇÃO LITORAL". ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO. REITERAÇÃO DELITIVA. AGRAVANTE FLAGRADO TRANSPORTANDO 92KG DE COCAÍNA. INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE. IMPOSSÍVEL INFERIR REGIME PRISIONAL PELA VIA DO WRIT. CONTEMPORANEIDADE DA CUSTÓDIA. PRISÃO DECRETADA LOGO APÓS O DESCOBRIMENTO DOS FATOS CRIMINOSOS. SUBSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE RISCO. APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...] 7. A decretação da prisão preventiva logo após o descobrimento dos fatos criminosos afasta a alegação de ausência de contemporaneidade da custódia cautelar, ressaltando-se que os fundamentos da prisão supramencionados justificam a subsistência da situação de risco. 8. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a contemporaneidade "não está necessariamente ligada à data da prática do crime, mas sim à subsistência da situação de risco que justifica a medida cautelar" (RHC 208129 AgR, Relator (a): , Primeira Turma, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe- 031 DIVULG 16-02-2022 PUBLIC 17-02-2022), exatamente como se delineia na espécie. [...] 10. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no HC n. 852.099/SC, Relator:

Ministro Substituto Jesuíno Rissato (Des. Convocado do TJDF), Sexta Turma, julgado em 15/4/2024, DJe de 18/4/2024). (Grifos nossos). No que concerne às medidas cautelares diversas da prisão, verifica-se a impossibilidade da sua aplicação, eis que elas pressupõem a liberdade provisória do Paciente, o que só pode acontecer quando ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, consoante dispõe o art. 321 do Código de Processo Penal. Não obstante, considerando que estão presentes os mencionados pressupostos e requisitos da segregação cautelar, conforme exaustivamente demonstrado, não há que se falar, diante das atuais circunstâncias fáticas, em liberdade provisória do Paciente. Com efeito, diante das particularidades do caso concreto, notadamente as que evidenciam que a liberdade do Paciente acarretaria risco à ordem pública, sobretudo em razão do modus operandi empregado e da gravidade em concreto da conduta, tudo indica que as medidas cautelares alternativas não serão suficientes e nem adequadas, conforme acertadamente reconheceu a Autoridade Impetrada. Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça: “[...] Na hipótese, o decreto prisional está devidamente fundamentado, tendo em vista a gravidade da conduta e a periculosidade do paciente. [...] 3. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes. 4. Ordem denegada”. (STJ, HC 512.782/SP, Relator: Ministro , Sexta Turma, julgado em 04/02/2020, publicado em 10/02/2020). (Grifos nossos). No que pertine à menção de que o Paciente reúne condições pessoais favoráveis, é cediço que estas não têm o condão de, por si sós, garantirem a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a evidenciar o periculum libertatis e a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Nesse sentido, veja-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: [...] IV – Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao Agravante a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese. [...] Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no RHC n. 128.289/BA, Quinta Turma, Relator: Ministro , Julgado em 31/08/2020). (Grifos nossos). Importante consignar, por derradeiro, que ao ser instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer opinando pela denegação da ordem (ID 67628610). Ante o exposto, VOTO no sentido de CONHECER PARCIALMENTE e, nesta extensão, DENEGAR a ordem, mantendo-se inalterado o decreto da prisão preventiva em desfavor do Paciente, mantendo-se inalterado o decreto da prisão preventiva em desfavor do Paciente. É como voto. Sala das Sessões da Primeira Câmara Criminal 2ª Turma do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 03 de setembro de 2024. DESEMBARGADOR